

Palavras para crer - imaginários de sentido que falam do passado -

Sandra Jatahy
Pesavento/UFRGS

História e memória partilham uma mesma feição de ser: são ambas narrativas, formas de dizer o mundo, de olhar o real. São discursos, pois. Falas que discorrem, descrevem, explicam, interpretam, atribuem significados à realidade.

Como narrativas sobre algo, são representações, ou seja, são discursos que se colocam no lugar da coisa acontecida. Correspondem a elaborações mentais que expressam o mundo do vivido e que mesmo se substituem a ele. Mais do que isto, história e memória são discursos portadores de imagens, que dão a ver aquilo que dizem através da escrita ou da fala. Nesta medida, são, ambos, presentificação de uma ausência, atributo de toda a representação que, em essência, é um “estar no lugar de”.

Da mesma forma, enquanto construções imaginárias, comportam a ambigüidade sempre presente na oscilação própria das representações: ser tanto substituição da coisa ou ser ausente, remetendo a outros sentidos, metaforicamente, e ser a evocação mimética daquilo que representa.

É próprio do homem, já apontava Johann Gustav Droysen¹ no século XIX, traduzir as percepções empíricas do mundo em representações mentais; é capacidade humana transformar as sensações em conceitos e idéias, que tomam a forma de razões e sentimentos e qualificam a realidade.

Mas, enquanto formas de narrativa e representação, história e memória se distinguem de outros discursos sobre a realidade pelo fato de que seu objeto referente é um tempo transcorrido. Ou seja, partilham desta mesma condição: aquilo que se rememora e que se presentifica no discurso histórico e no discurso memorialístico pertence a um tempo físico já escoado e irreversível.

Irreversível, mas não irrecuperável, pois ele se presentifica toda a vez em que se verificar esta operação imaginária de sentido capaz de reconfigurar o tempo, como bem aponta Paul Ricoeur². O esforço da imaginação recompõe, na esfera do mental, imagens e discursos que, associados, presentificam um fenômeno ausente, fazendo-o existir em uma instância temporal que não é nem passado nem presente, mas sim um tempo histórico ou memorialístico. Neste sentido, enfatiza Walter Benjamin: “Pois se um

¹ Cf. **DROYSEN**, Johann Gustav.. *Historica. Lecciones sobre la Enciclopedia y metodologia de la historia*. Barcelona, Editorial Alfa, 1983.

² Cf. **RICOEUR**, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. Paris: *Annales*, , n° 4, juillet-aût 2000.

acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”³. Ou seja, a presentificação do passado não nos remete apenas para o fato evocado, mas navega no tempo e se desloca no espaço, interconectando palavras e imagens, correlacionando sentidos.

Assim, Clio e Mnemósine teriam quase que o mesmo objeto – a temporalidade escoada – e a mesma finalidade – a construção imaginária de sentido a que se dá o nome de passado. A partir deste patamar, coloca-se uma questão fundamental: seriam, pois, ficções narrativas? Corresponderiam a discursos ou palavras que fazem crer, distanciando-se de uma verdade acontecida?

Os termos, em si, perturbam e desestabilizam, sobretudo a historiadores e aqueles que trabalham com a memória. Pois, bem o sabemos, historiadores tem aspirações de construção de uma verdade sobre o passado. Mais do que isso, não afirmara Aristóteles, em sua *Poética*, que a história se diferenciava da poesia – ou literatura – pelo fato de “ter acontecido”? Mesmo o iconoclasta Paul Veyne⁴ diria ser a história “um romance verdadeiro”! Esta condição de ser a narrativa do que se passou, coloca o historiador diante da missão de “chegar lá”.

Ou seja, a meta daquele historiador que constrói a narrativa sobre o passado, animado pela perspectiva de capturar a mutabilidade da experiência humana no tempo, é recompor a “verdade do acontecido”. Mas para a história, pondera Ricoeur⁵, estaria negada a “pequena alegria” reservada à memória: o reconhecimento e a certeza de que a lembrança expressa na convicção “Foi lá, foi assim, foi ele, foi então” conferiam legitimidade e identificação com a realidade do acontecido. Na memória, atribui-se veracidade à recordação por uma operação de reconhecimento de uma experiência passada, resgatada pelo ato de lembrar.

Trata-se, pois de credibilidade, de legitimidade conferida e assumida por aquele que rememora. Ou, em outras palavras, o reconhecimento da lembrança memorialística atribui à evocação um “efeito de verdade”. A memória “aparece” como verdadeira, legitima-se como tal, mas trata-se de uma representação do ocorrido. Conforta, satisfaz, é aceita, passando a ter foros de indiscutível. O reconhecimento das lembranças passa a ser a realidade transcorrida.

Já na história, sobretudo quando o fato acontecido se passa por fora da experiência do vivido – situando-se, portanto, no horizonte do não experimentável ou passível de reprodutibilidade – a tal “pequena alegria é

³ BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: Benjamin, Walter. *Obras escolhidas*, vol. 1, Brasiliense: São Paulo, 1985, p. 37.

⁴ Cf. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. UNB: Brasília,, 1998.

⁵ RICOEUR, Paul. Op. cit.

negada. A finalidade do discurso histórico – o “ter sido”- converte-se em um “poderia ter sido”. Resta, contudo, o desejo de “chegar lá”. Nada poderia atingir a realidade do passado, considerava Droysen⁶, pelo que o saber histórico permanecia sempre incompleto e parcial. E a ficcionalidade, alertava o pensador alemão, era uma ilusão do espírito, matriz do erro e da falsidade... A verdade do acontecido é impraticável e irrecuperável, restando ao historiador a tarefa de construir versões, o mais possível, aproximadas do que teria acontecido um dia. Logo, o historiador é animado por um desejo de verdade, colocando a veracidade como um horizonte de chegada, mas tendo como resultado uma narrativa verossímil do ocorrido.

Teríamos aqui um ponto referencial de limite para a história em suas ambições de obter a veracidade sobre o passado, mas também uma espécie de mesmo resultado para os dois discursos, historiográfico e memorialístico: a obtenção de narrativas dotadas de verossimilhança, plausíveis, possíveis de terem acontecido, em tudo “verdadeiras” na sua ilusão referencial.

Gustav Droysen, que inovara no terreno da epistemologia histórica, introduzindo o conceito de representação nas narrativas construídas pelo historiador sobre o passado, criara para si uma equação que não resolveria no seu tempo: se a ficção fosse responsável pela ilusão de objetividade ou de verdade para o acontecido, que tipo de resultado poderia atingir o historiador na sua tarefa? Dificilmente seria uma verdade científica...

Contra-argumenta Hans Robert Jauss⁷ que o passado só seria obtido pela força do imaginário e a solução para o impasse criado só se resolveria se Droysen admitisse o caráter de narrativa para a escrita da história, marcado pela presença da ficção. Esta, contudo, seria uma reflexão *avant la lettre* para o debate intelectual do século XIX, momento em que se discutia o estatuto da história na oposição entre a ciência/objetividade e a arte/subjetividade.

Mas um impasse ainda restava, nos desdobramentos desta questão que conduz à busca das verdades possíveis dos discursos construídos sobre o passado. Admitamos que lá, neste outro tempo, se encerram razões e sensibilidades, vivenciados por personagens que são uma alteridade para nós. Um *outro* tempo, um *outro* no tempo, eis o mistério e o enigma a decifrar. Ao se interrogar sobre as possibilidades de compreender um texto do passado, Wilhelm Dilthey⁸ apontou para o princípio instaurador da hermenêutica: compreender o *outro no tempo*, esta verdadeira finalidade da história, que implica aceitar o desafio do estranhamento. Ultrapassar a distância temporal e cultural do passado, dar inteligibilidade ao que aconteceu por fora da

⁶ Cf. **DROYSEN**, Johann Gustav. History and the historical method. IN: *Hermeneutics reader*. org. Kurt Mueller-Vollmer, Continuum: New York, 1988.

⁷ Cf. **JAUSS**, Hans Robert. L'usage de la fiction en histoire. *Le Débat*, Gallimard: Paris, n°54, mars-avril 1989.

⁸ Cf. **DILTHEY**, Wilhelm. *The hermeneutics of the human Sciences*. IN: *Hermeneutics reader*. org. Kurt Mueller-Vollmer, Continuum: New York, 1988.

experiência do vivido. Ou, no caso da memória, enfrentar o seu reverso – o esquecimento – e ter em conta que a memória é uma contínua reconstrução, renovadamente a preencher lacunas e vazios com as lembranças de terceiros ou a refazer a narrativa conforme as reavaliações feitas ao longo da existência.

A atitude hermenêutica, de revelação de significados e unidades de sentido em uma determinada época é, pois um complicado caminho de decifração, entre texto e contexto, a tecer relações múltiplas, também intertextual, implicando muitas dúvidas e poucas certezas. Como resultado, versões aproximativas, convincentes, parciais e temporárias. Mas, conforme Dilthey, estaria nesta tarefa uma busca crucial, sempre renovada: capturar as impressões da vida, as marcas do espírito, o psicologismo e as sensibilidades de uma época.

Mas centremos a análise neste conceito perturbador que aproxima as narrativas da história e da memória na sua pretensão de representar o passado e reconfigurar um tempo: a ficção. Carlo Ginzburg⁹ filia a palavra, etimologicamente, a *figulus*, “oleiro”, ou seja, remete a um sentido de criação a partir de algo que existe, distanciando o vocábulo de um significado bastante difundido que faz da ficção – e também do imaginário – um sinônimo da não verdade, da fantasia e da pura ilusão.

Citando Isidoro de Sevilha, Ginzburg define a *fictio*, na sua acepção positiva e construtiva, como o verossímil, distinto do falso ou do não verdadeiro¹⁰. Remontando também a Dante Alighieri na sua definição da poesia como uma *fictio* ou construção, Ginzburg complementa dizendo que “a poesia é fictio até porque (...) constitui uma realidade que é verdadeira para todos os efeitos, mas não no sentido literal”.¹¹ Se tais considerações do historiador italiano podem parecer que ele coloca, em plano indistinto, a história e a literatura, ele faz questão de corrigir esta possível interpretação de sua fala: não se filia a esta postura, enfatizando entender que ambas as narrativas estão irmanadas em um fim cognitivo – falar da realidade – e que situam suas representações sobre o real em um patamar para além do verdadeiro e do falso.¹²

A Enciclopédia Einaudi¹³ parece corroborar com esta forma de definir a ficção. Mesmo que o ficcional seja o “inventado”, ele não é desligado da realidade.”A palavra latina *ingere* tem tanto os significados de ‘plasmar, modelar’ quanto de ‘imaginar, representar, inventar, fantasiar.’”

No entanto, não estamos a tratar da literatura, ou da poesia, mas de história e de memória, na sua capacidade de representar o passado. E, se estas

⁹ GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira. Nove reflexões sobre a distância*. Companhia das Letras: São Paulo, 2001, p. 55.

¹⁰ Idem, p56-57.

¹¹ Idem, p. 55.

¹² Idem, p.41 e 13.

¹³ **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 17. Literatura-texto. Imprensa Nacional, Casa da Moeda: Lisboa, 1997, p. 42.

formas narrativas foram aqui trazidas para a reflexão, foi para discutir, epistemologicamente, um elemento discursivo que nelas comparece sem traumas: o da ficção.

Trazer, porém, este componente para os domínios da história e da memória, que são narrativas de reconfiguração temporal de um acontecido, é ainda uma questão delicada e não consensual.

Entretanto, tais considerações em torno do que chamamos as “ficções imaginárias de sentido”, que constroem e instauram narrativas verossímeis sobre o mundo, entre as quais incluímos os discursos da história e da memória, já são bastante antigas em termos de discussão.

Michel de Certeau¹⁴, por exemplo, discorrendo sobre o que chama de “a operação historiográfica” – prática que liga a idéia ao lugar da escrita e que tem como resultado um discurso sobre o passado – acentuava a importância da subjetividade no processo do “fazer história”. Para o autor, entre a pretensão de objetividade da construção narrativa da história e a realidade do sujeito que escreve, que ocupa um lugar social e cultural no mundo, que é portador de um saber e do horizonte de expectativas de sua época, instala-se um comprometimento de metas. Ou seja, aniquila-se a pretensão da verdade objetiva.

A questão do sujeito se coloca também, de forma originária, na articulação do discurso da memória. É sempre um sujeito que rememora, como aponta Bergson¹⁵, um indivíduo que evoca o tempo do vivido, que resgata lembranças, de forma seletiva, e que também esquece e exclui, de forma consciente ou inconsciente. Mas, pondera Fernando Catroga, mesmo “a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais, etc) em permanente construção devido à incessante mudança do presente em passado e às conseqüentes alterações ocorridas no campo das representações do pretérito”¹⁶.

Indivíduos são seres no mundo e, como tal, portadores de um lugar social e de uma temporalidade, a sua e a herdada, partilhada. Neste sentido, a memória é um processo transacional, em que o sujeito se liga com o social, permitindo a Hallbwachs¹⁷ falar em “quadros sociais da memória”. É neste momento, de partilha de uma sensibilidade – a capacidade mental de lembrar e reter imagens de uma experiência passada, bem como de interação entre o indivíduo com o social -, que a memória se torna histórica.

O passado é trazido para o presente, reconstruído, em uma operação imaginária de sentido. Inventamos o passado, criamos realidades no pensamento, ao evocar o que não pode ser mais verificável. Neste momento,

¹⁴ CERTEAU, Michel. *L'écriture de l'histoire*. Gallimard: Paris, 1975.

¹⁵ CF. BERGSON, Henri. *Matière et mémoire*. Quadrige/PUF: Paris, 1993.

¹⁶ CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Quarteto: Coimbra, 2001, p. 16.

¹⁷ HALLBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Albin Michel: Paris, 1994.

em que se articula uma memória social, estabelecida de maneira voluntária, deliberada e animada pelo desejo de reconstruir o passado, a história se apodera da memória. Podemos mesmo dizer que, hoje, a história tutela a memória, tornando-a seu campo. Campo de realização e feitura, de articulação de discursos e imagens, de elaboração de versões convincentes e legitimadas pelas instituições.

Este é o contexto em que uma memória social se torna coletiva, ou seja, institucionalizada. Educação, Estado, historiografia são legitimadores de uma memória, ou seja, sacralizam aquilo que deve ser lembrado e também o que deve ser esquecido.

Como refere Catroga¹⁸, toda memória se apresenta como um capital simbólico que visa a fomentar a recordação, mas há estratégias não explícitas: o que se pretende esquecer ao lembrar? Tal processo é mais evidente quando se leva em conta uma memória social transformada em memória cívica. A memória cívica não tem o calor da afetividade de uma memória individual ou mesmo coletiva, tecida na vivência, pessoal ou partilhada, de uma comunidade. Por isso, ela se empenha mais na utilização destes recursos do simbólico para se impor e ser reconhecida.

A memória cívica, mesmo que trabalhe com personagens, lugares e fatos do passado e que sejam do conhecimento dos habitantes de uma cidade, é, deliberadamente, apresentada como patrimônio da comunidade e exposta segundo determinadas intenções, determinadas segundo as diretrizes do poder político ou regime que estabelece a celebração memorialística. Assim, certos atos, características e valores são postos em destaque, enquanto que outros tantos atributos são, deliberadamente, desconsiderados, como se não tivessem importância ou se jamais tivessem existido. A memória social tornada coletiva é o momento ápice do processo de *anamnese*, determinado pela vontade de lembrar, pela intenção de reter no presente o que se passou no passado e transmiti-lo ao futuro.

Este ainda é o momento da sacralização da memória, da sua conversão em patrimônio de um grupo, como herança a ser transmitida. Estaríamos diante de certos eventos, atores, ações sobre os quais é construída uma ritualização que, através de celebrações, do erguimento de estatuária comemorativa ou da identificação de monumentos no espaço construído, visa a integrar os indivíduos a uma filiação identitária precisa.

Tais matérias simbólicas e estratégias de ação estão de forma inequívoca associadas ao trabalho do historiador. Este, na feitura de seu

¹⁸ CATROGA, Fernando. Memória e história. In: Pesavento, Sandra Jatahy, org. *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

discurso, tende a apagar o *gap* entre *realidade acontecida* e *realidade pensada* ou posta em texto.

Destacando a historicidade da escrita da história – e que, de certa forma, poderíamos estender para a elaboração da narrativa da memória –, Michel de Certeau coloca o discurso como um produto, ou seja, como um processo de transformação de uma coisa em outra. Historiadores constroem documentos, transformando restos do passado em rastros que fornecem indícios do que teria acontecido um dia. Historiadores armam enredos e desfazem intrigas, dão voz a silêncios e preenchem lacunas, atribuem significado às coisas, constroem fatos, delineiam personagens e, sobretudo, dão efetividade a um possível, construindo inteligibilidades. Ou seja, há um processo de seleção, de recorte e escolha, de opções e exclusões para a edificação de uma trama. Da narratividade a semantização, ocorrem deslizamentos metafóricos, que apontam para outros sentidos e para dimensões intertextuais, produzidas pelo autor do texto, articulador da recomposição temporal.

Que operações seriam estas senão as da criação, pela linguagem, a escrita e a atribuição de sentido a acontecimentos que se passaram por fora da experiência do vivido e não são mais verificáveis? A operação historiográfica, afirma Certeau, é animada por um desejo de verdade, produzindo resultados de verossimilhança e credibilidade através de um discurso que se legitima pela autoridade da fala, pela lógica de argumentação e da retórica e pelas evidências de pesquisa, como as citações, as notas de rodapé, a bibliografia e o arrolamento de fontes, a desafiar o leitor ainda incrédulo a refazer o mesmo caminho percorrido pelo historiador.

Aliás, até agora não enfatizamos este dado imprescindível a todo e qualquer trabalho de boa história: as fontes. Não há trabalho de história sem rastros, marcas de historicidade, objetividades. Sem as provas, com as quais ele argumenta sua versão. No caso da memória e da oralidade, esta fonte é constituída pelo próprio depoente, com sua voz e seu papel de testemunho. Mas, não esqueçamos: quem inventa, descobre, constrói, seleciona e recorta as fontes é o próprio autor da narrativa histórica ou memorialística.

Acredita-se nas palavras da história, pois, para todos os sentidos, o bom discurso é performativo: faz o que diz. Convence, argumenta, seduz. Faz valer o que afirma e demonstra. Em tudo, opções, escolhas, invenção, construção, produção de efeitos de verdade que acabam se transformando em efeitos de real. O bom discurso de história é aquele que toma o lugar do passado, substituindo-se a ele.

E a memória, no caso? Também se situa de forma análoga, pois constrói laços de pertencimento e amarramento dos indivíduos ao seu passado. A memória, no caso, patrimonializa as lembranças, levando os grupos à coesão social e a uma comunidade simbólica de sentido partilhada. Cria identidades, enfim, atividades de referência imaginária que situam os

indivíduos no mundo. Construídas. Inventadas sem serem necessariamente falsas. Desejáveis e confortantes, porque positivadas. Ou incômodas e mobilizadoras de ação reivindicatória, revanchista e punitiva, porque vivenciadas como injustas e negativas.

Uma questão se coloca, contudo. O discurso da história se instaura, preferencialmente, no plano da escrita, embora, como é sabido, um ramo da disciplina que tem se desenvolvido nas últimas décadas seja justamente o da história oral. Ora, é nesta instância que se situa o terreno preferencial do resgates das memórias. Mesmo que historiadores se apoderem de narrativas memorialísticas, deixadas em crônicas, diários e outros textos, ou que se voltem para o espaço construído e o traçado das ruas de uma cidade como detentores de uma memória urbana, é no campo da oralidade que as vozes evocam a temporalidade escoada e a experiência do vivido.

Walter Benjamin nos lembra que “o importante para o autor que rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido da sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência”¹⁹. E, no caso da história oral, no recolhimento dos testemunhos e do depoimento, que o historiador se depara com o *fazer-se* da ficção imaginária de sentido. Ali, no momento de reconstruir pela evocação e de traduzir pela linguagem o vivido, se situa o processo de reconfiguração temporal. Passado e presente, indivíduo e social, lembrado e esquecido, silêncio e voz, lacuna e repetição se juntam, se opõem e se defrontam, em um laboratório de sentido. A produção de significados, exibida em linguagem para posterior colocação em narrativa, apresenta-se ao vivo como um processo que lida com os elementos do ficcional a partir de uma realidade.

A rigor, se existe um lugar para a verdade nos discursos da história e da memória, este se situa no horizonte de chegada: a vontade e o desejo de veracidade do autor, a igual expectativa do leitor ou ouvinte.

Textos de história são lidos e recebidos como portadores de realidade. Deles se espera, grosso modo, “a verdade do acontecido”. Narrativas de memória, por seu lado, correspondem a testemunhos: “eu estive lá, eu vi”. São portadores de uma autoridade da fala, bem se sabe, e mesmo se arvoram ao privilégio de ter a tutela do passado.

Até agora estivemos a falar de produção de sentidos a partir da criação de um autor, que enuncia e escreve. Mas, bem o sabemos, este processo não se ultima nesta instância, mas sim na leitura e na recepção.

Mas, como disse Chartier, “a leitura é rebelde e vagabunda”... Leitores e ouvintes têm suas próprias trajetórias de vida, sua bagagem de experiências e de capital cultural. Leitores criam suas próprias histórias, independente das intenções dos autores. São capazes de realizar associações intertextuais insuspeitadas por aquele que produziu e enunciou o discurso. Viajam no

¹⁹ BENJAMIN, Walter. op. cit, p. 37.

tempo e no espaço, tecendo redes de conexões tão vastas ou distantes que o texto se transfigura. Ganha vida própria, se poderia dizer.

Aliás, o lugar comum presente no discurso ordinário de políticos tradicionais – “minha vida não mais me pertence – poderia muito bem ser aplicado ao discurso: uma vez dito e impresso, ele não mais pertence ao seu autor. Este não tem mais controle sobre ele, pois seguirá itinerários até então inconcebíveis. Recriado, torcido, revelado, ampliado, ficcionalizado.

Entendemos, portanto, que é justamente nesta esfera que o potencial de ficção se realiza de maneira mais ampla. Se o passado é reconstruído para o presente através de traços e produz sentidos – sentidos, e não um só significado – é na leitura que se amplia o leque dos possíveis. Este é o momento em que as narrativas da história e da memória mais se abrem ao campo da experiência ficcional. O leitor está – ou vai - à frente do texto, pois não se prende ao mundo da escritura e de suas regras, menos ainda à obrigatoriedade dos rastros.

A intertextualidade o faz mover-se por outros mundos imaginários, em busca de comparações, contrastes, justaposições, combinações, que construam ações e explicações possíveis. Se este processo já se encontrava presente, enquanto potencial, de forma explícita ou implícita, na escrita, é na leitura que melhor se realiza o desenvolvimento da narrativa.

A leitura, portanto, não se fecha no texto e, na sua abertura para outros possíveis sentidos, se confronta com a busca de mundos análogos para conectar-se. O análogo é um “ser como”, e se inscreve como um discurso comparável, aberto pelas metáforas e pelas categorias da linguagem e do pensamento.

Desta forma, entendida como modo analógico de busca de sentidos, a prática da leitura enraíza-se nas categorias do verossímil e do imaginável, com o que reintegramos e reafirmamos as atividades da criação e do ficcional dos textos, desde a escrita à leitura.

Com isso, chegamos ao fim, que é na verdade um começo: a das potencialidades e limites dos discursos da história e da memória que reconfiguram o tempo do passado, a criar – afirmamos, porque não? – imaginários de sentido a partir do real. Ficções plausíveis, verossímeis, socializadas, temporalizadas na sua feitura e na sua recepção. Palavras para crer.